

ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE CT-SAÚDE/CIF

No dia quatorze do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, às nove horas e trinta minutos, por videoconferência pela plataforma Teams, teve início a **parte restrita** da **37ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde – CTSAÚDE/CIF**, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

Verificado o quórum de instalação o coordenador, Gian Gabriel Guglielmelli, cumprimentou a todos e, após rodada de apresentação deu início aos trabalhos como detalhado a seguir.

A reunião consta em arquivo de memória de áudio e está disponível para consulta dos interessados.

Da lista de presença registro: Gian Guglielmelli (SES/MG); Alice Matos (SRS Gov. Valadares); Rita Daniela Medina (FGV/MPF); Felipe Nisiyama (Ministério da Saúde); Aline Pacheco (AEDAS); Noelita Almeida (Pref. Linhares/ES); Luisa Vitral (Rosa Fortini); Eder Novaes (SRS Coronel Fabriciano); Sergio Rossi (RAMBOLL/MPF); Thais Cavendish (Ministério da Saúde); Rodrigo Leite (SMS Rio Doce); Alyne Chimirci (Ramboll/MPF); Evanice Meire de Menezes Carvalho (Pref. Belo Oriente); Cristiany Pietro (SETADES); Roberto Laperriere (SESA/ES); Cristiany Pietro (SETADES); Roberta Nogueira e Silva (Pref. De Colatina); Ana Arias (FGV/MPF); Ana Beatriz (SRS Ponte Nova); Roberta Tatiany Nogueira e Silva (Pref. De Colatina); Ivan Brum (Pref. de Resplendor); Silvia Reis (Ministério da Saúde); Izabel dos Santos Oliveira (ASPERQD); Jadilson Oliveira (CRQ Degredo); Luciana Andrade (ASPERQD); Flávia Ferreira de Sousa (Ministério da Saúde); Raquel Gonçalves (Pref. De Barra Longa); Thaliana Piovezana (Rosa Fortini); Flávia Cunha (E&Y); Dandara Silva Cabral (ASPERQD); Cláudia Laureth (FLACSO); Eva Adriana Costa Gazoni (Fundação Renova); Marcello Sacco (E&Y); Paula Cambraia de Mendonca Vianna (Fundação Renova); Kelly Cavalete Cardoso (Fundação Renova); Viviane Aguiar (Fundação Renova); Ronize Gomes Do Nascimento (Fundação Renova); Brígida Gusso Maioli (Fundação Renova); Anne Caroline Luz Grudtner da Silva; Augusto Marchon Zago (SRS Colatina); Canuta (Pref. de Belo Oriente); Marina Sacramento (SEPLAG/MG).

Pauta Geral - Restrita	
Pauta	Discussão
1. Aprovação da Ata da 25ª, 29ª, 34ª e 35ª RO da CT-Saúde;	<p>A coordenação questionou aos membros se há considerações às atas da 25ª e 29ª RO. O secretariado informou que não conseguiu finalizar as atas da 34ª e 35ª RO, disse que está com passivo das CTs que acompanha, firmou que na primeira reunião do ano de 2021 todas as atas estarão disponíveis para apreciação e aprovação.</p> <p><u>Registro que a sra. Cristiany Pietro enviará por e-mail as considerações a serem acrescidas na ata da 25ª RO.</u></p> <p><u>Registro aprovação da ata da 29ª RO da CT-Saúde.</u></p>
2. Aprovação do Calendário	<p>O secretariado apresentou a proposta de calendário de reuniões ordinárias para o ano de 2021, registrou que, considerando a situação da pandemia do covid-19, foi proposto fazer as duas primeiras reuniões do ano, fevereiro e março, por videoconferência, seguindo o modelo adotado pela SECEX para as reuniões do CIF.</p> <p>Ponderou que até que seja definido pela SECEX, as reuniões seguem no formato virtual e, após esse período será apresentada proposta das cidades que sediarão as reuniões presenciais.</p> <p><u>Levado à deliberação, registro aprovação do calendário de Reuniões Ordinárias da CT-Saúde em 2021.</u></p>
Encaminhamento E37.1	O secretariado deverá enviar o calendário de reuniões de 2021 e a ata 29ª RO da CT-Saúde para publicação no site do IBAMA/CIF.

<p>3. Situação Atual de Cumprimento das Deliberações e Notificações do CIF;</p>	<p>A coordenação questionou aos membros qual a direção a ser tomada considerando que há deliberações que já venceram os prazos e até o momento não tiveram retorno da Fundação Renova.</p> <p><u>Houve manifestação dos membros que em suma acordaram em solicitar ao CIF penalidade à Fundação Renova por descumprimentos das deliberações.</u></p> <p>Thais Cavendish disse que até o momento não receberam nenhuma solicitação de reunião por parte da Fundação Renova, com relação a Deliberação 416 (EpiSUS).</p>
<p>4. Informes do GT-Água:</p> <p>a) Confeção do 7º boletim trimestral PMQACH;</p> <p>b) Ofício Renova 2020.1838-03;</p> <p>c) Proposta de melhorias nos pontos SAC e SAI dentro do PMQACH;</p> <p>d) 2º e 3º relatórios semestrais (Relatório anual PMQACH);</p> <p>e) Divulgação dos dados do PMQACH dentro do portal de monitoramento do rio doce;</p>	<p>Item “a”: Alice Matos informou que o 7º Boletim constará com os dados das 22ª a 24ª campanhas. Disse que na parte escrita do boletim terá a justificativa da paralização das coletas devido a pandemia. Informou que ainda não conseguiram finalizar a elaboração do boletim que está em fase de revisão. Disse que não estão conseguindo cumprir os prazos pois há déficit de participação de alguns membros na realização dos trabalhos, solicitou apoio das regionais. Thais Cavendish disse que há realidade de sobrecarga no GT-Estudos pois não há participação efetiva dos membros, disse que vai designar um membro da sua equipe só para participar do GT-Água para dar suporte aos trabalhos do GT. Registro que os membros do Espírito Santo informaram que vão se organizar para auxiliar nos trabalhos dos GTs. O secretariado informou que o controle de presença nos GTs é feito da mesma forma que na CT e que no próximo ano o controle será feito em todas as reuniões dos GTs.</p> <p>Item “b”: Alice Matos fez leitura parcial do ofício nº 2020/1838-03. Os membros do GT-Água sugeriram marcar uma agenda com a Fundação Renova para discussão do ofício. Alice Matos solicitou aos membros que se organizem antes da reunião para alinhamento da discussão para chegar com algo já fechado. Disse que precisam avaliar pois há pontos que estão por alcançar os dois anos de monitoramento e há necessidade de análise dos parâmetros que devem ser mantidos e retirados, solicitou suporte da equipe do Ministério da Saúde para revisão do Plano de Monitoramento.</p> <p>Item “c”: Alice Matos fez leitura parcial do ofício com a proposta de melhorias nos pontos SAC e SAI dentro do PMQACH com alternativas coletivas enviado à Fundação Renova. Na sequência fez leitura do ofício resposta da Fundação Renova. A coordenação ponderou que já foi firmado pelo MPF que os assuntos judicializados não podem ser alvo de recusa às discussões por parte da Fundação Renova. Houve manifestação dos membros criticando o posicionamento da FR de recusa de debate dos temas. <u>Sergio Rossi sugeriu traçar uma linha do tempo com todas as manifestações informando ao CIF que a FR está inviabilizando todas as discussões na esfera administrativa, ainda um informativo à 12ª Vara do posicionamento reiterado da FR agindo com negligência ao programa 14.</u></p> <p>Item “d”: Alice Matos informou que a Fundação Renova reafirmou que apresentará ainda em dezembro os 2º e 3º relatórios semestrais (Relatório anual PMQACH).</p> <p>Item “e”: Alice Matos fez leitura do ofício resposta da Fundação Renova, informou que a Fundação Renova negou a divulgação dos dados, mas entende que não entenderam a solicitação, disse que na reunião aberta vai trazer uma explicação melhor do tema. A coordenação disse que a publicidade dos dados é uma oportunidade de acesso amplo às informações dos boletins podendo contribuir que a informação chegue aos atingidos mais detalhada e clara. Thais Cavendish sugeriu enviar minuta de deliberação CIF com o histórico da NT10 da CT-Saúde e deliberação CIF nº 95 solicitando ao CIF deliberar sobre a publicidade dos dados.</p> <p>Item “f”: Alice Matos fez leitura da resposta da Fundação Renova, criticou a demora no processo de contratação da empresa que executará as atividades de capacitação. Solicitou que as regionais orientem as equipes que estão</p>

f) Capacitação PMQACH.	chegando nos municípios, pois ao que se entende as capacitações não acontecerão em janeiro e nem em fevereiro.
Encaminhamento E37.2	A SES/MG deverá trazer a experiência sobre propostas de melhorias em sistemas de abastecimento individual e coletivos, referente a bacia do Paraopeba, com objetivo de contribuir com a discussão de propostas de melhorias no âmbito do GT-Água.

Registro que às onze horas e quarenta minutos do dia quatorze do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte a reunião foi suspensa.

No dia quatorze do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas e quinze minutos, por videoconferência pela plataforma Teams, iniciou a discussão da **parte pública da 37ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde – CTSAÚDE/CIF**, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

Verificado o quórum de instalação o coordenador, sr. Gian Gabriel Guglielmelli, cumprimentou a todos e, após rodada de apresentação deu início aos trabalhos, conforme detalhado a seguir.

A reunião consta em arquivo de memória de áudio e está disponível para consulta dos interessados.

Pauta Geral - Pública	
Pauta	Discussão
<p>1. Informes gerais:</p> <p>a) Aprovação das atas da 34ª e 35ª RO da CT-Saúde;</p> <p>b) Aprovação do Calendário de Reuniões Ordinárias 2021.</p>	<p>A coordenação informou que as atas da 34ª e 35ª RO serão apreciadas na 38ª RO da CT-Saúde. Ainda, que o calendário para realização das Reuniões Ordinárias da CT-Saúde em 2021 foi aprovado e seguirá para publicação.</p> <p>Eva Gazoni questionou se no calendário apresentado há definição do dia que se dará a participação da Fundação Renova. A coordenação informou que não é possível fazer esta definição pois a participação da Fundação Renova está atrelada a finalização da pauta.</p> <p>A representante da Fundação Renova solicitou que a definição seja divulgada com pelo menos um mês de antecedência indicando o dia e horário, em resposta o coordenador disse que o convite será enviado dentro do prazo regimental.</p>
Encaminhamento E37.3	O secretariado deverá encaminhar o calendário de Reuniões Ordinárias da CT-Saúde para 2021 para publicação no site do IBAMA/CIF.
	<p>A coordenação solicitou à FR atualização do status de andamento do cumprimento dos prazos das deliberações uma vez que os prazos acordados no CIF já se esgotaram e a CT não recebeu nenhuma tratativa. Paula Cambraia solicitou esclarecimento sobre os questionamentos da deliberação 416, a coordenação informou que a Fundação Renova apresentou ofício informando que acataria os itens 1 e 2 da deliberação e apresentou considerações aos itens 3 e 4. Paula Cambraia disse que quanto as equipes dedicadas elas já não estão mais em campo. Questionou se sobre o EpiSUS a CT está requerendo outro estudo. A coordenação informou que a solicitação é a formatação e elaboração da estratégia doo EpiSUS e a deliberação estabeleceu um prazo para apresentação de proposta e informação das tratativas com o Ministério da Saúde e as secretarias, a representante da Fundação Renova disse que é preciso refletir sobre essas solicitações, se é para pensar nos estudos epidemiológicos e toxicológicos já existe uma proposta que está sendo encaminhada e não sabe se já chegou</p>

2. Situação do andamento das Deliberações CIF 416, 434, 435 e 436;

à CT-Saúde para apreciação. Frisou que a estruturação do EpiSUS é de responsabilidade do Ministério da Saúde, dos estados e dos municípios e questionou qual entendimento da CT de como a Fundação Renova pode entrar nesse circuito. A coordenação disse que a ideia é o apoio financeiro e logístico. Paula Cambraia disse que os apoios requeridos já estão sendo dados em dois projetos grandes de estudos (estudos epidemiológicos e toxicológicos) no valor de R\$15 milhões de reais e questionou o porquê a Fundação Renova deveria dar suporte financeiro e logístico numa estrutura que é de responsabilidade do MS, estados e municípios?

Sergio Rossi ponderou que a proposta de desenvolvimento do EpiSus (Investigação Epidemiológica de Campo) não está relacionadas aos estudos previstos nas cláusulas 111 e 112. O EpiSUS é uma proposta que a CT indicou como a estratégia de identificação dos impactos que foi deliberado pelo CIF. Ponderou que a questão é que se a FR vai cumprir o que foi deliberado no CIF ou não. Paula Cambraia disse que a questão não é cumprir ou não cumprir, mas sim que não há nenhum lugar que esteja escrito que a FR deve prestar esse tipo de apoio ao EpiSUS, ponderou que é necessário diálogo acerca da proposta pois não consegue identificar onde a CT quer colocar a FR dentro do programa de treinamento em epidemiologia aplicada, frisou que o EpiSUS não está no escopo de atuação da FR.

Sergio Rossi fez a leitura do item 3 da deliberação 416, frisou que se a FR tivesse iniciado as tratativas as discussões já estariam acontecendo. A coordenação informou que a CT não entende que a solicitação não está contemplada na cláusula 111, haja vista que o TTAC estabelece as ações necessárias e cada ação deve ser explicada para entender como será alcançada. Disse que houve manifestação da FR que diz entender que os itens 3 e 4 deveriam ser incluídos nas discussões do eixo prioritário 2, porém a CT apontou que seria dentro da cláusula 106 que no momento não está judicializado e disse que é de interesse da CT saber qual posicionamento será adotado pela FR para que a CT possa se manifestar ante ao descumprimento da deliberação. Paula Cambraia disse que têm uma proposta de treinamento em epidemiologia para o serviço de saúde que são as capacitações que iniciarão em 2021 e o EpiSUS fala de programa de treinamento e as propostas de vigilância em saúde não estão judicializadas. A coordenação informou que a FR manifestou o dissenso à deliberação.

A discussão se prolongou, a íntegra consta em memória de áudio e está disponível para eventuais consultas. Registro que houve manifestação dos membros da CT sobre o questionamento por parte da Fundação Renova à deliberação CIF, registraram a diferença entre os treinamentos realizados pelo EpiSUS e o programa de capacitação. Em entendimento comum acordaram que o descumprimento deve ser reportado ao CIF.

A coordenação fez breve contextualização das deliberações 434, 435 e 436. Paula Cambraia ponderou que as três deliberações foram “agrupadas” na deliberação CIF nº 452. Disse que enviaram ofício ratificando os pareceres que já tinham realizado anteriormente e que há uma questão de as ações serem de cunho reparatório e por esta razão necessita de evidências científicas para realização das ações de mitigação.

A coordenação explicitou que a deliberação 452 versa sobre, mas a discussão está sendo pautada na individualidade haja vista que a CT deverá se manifestar sobre as três deliberações junto ao CIF e questionou se a FR está tomando alguma providência com relação ao cumprimento da deliberação. Viviane Aguiar disse que a FR impugnou os termos já contestados anteriormente já que não há evidências e nem subsídios técnicos para cumprimento das deliberações.

A coordenação disse que o referido ofício foi considerado improcedente pelo CIF, como manifestação simples. A representante do jurídico da FR disse que por esta razão originou a deliberação 452 e a Fundação ratificou os termos com relação as deliberações 434, 435 e 436. A coordenação

	<p><u>considerou que se houve ratificação da resposta, significa que a FR não tem condições de cumprir as deliberações. Viviane Aguiar respondeu que sim.</u></p>
<p>3. Discussão do PMQACH:</p> <p>a) Confecção do 7º boletim trimestral PMQACH;</p> <p>b) Ofício Renova 2020.1838-03;</p>	<p>Item “a”: Alice Matos registrou que o 7º boletim está em fase final de elaboração e que será apresentado no CIF.</p> <p>Item “b e d”: Alice Matos disse que recebeu o ofício FR nº 2020.1838-03 em resposta à solicitação via CIF para os seguintes itens: (i) continuidade dos relatórios semestrais, questionou se os representantes da FR estão de acordo com a NT nº 45 da CT-Saúde sobre a revisão do plano de monitoramento da água, Brígida Maioli disse que é necessário avaliação interna para saber se é possível atender o prazo de 04 meses, pois com a solicitação de inclusão dos dados anteriores ao PMQACH é bastante trabalhoso e esse será a primeira entrega desse modelo adotado. Fernanda Gomide disse que os dados que serão avaliados nesse relatório é só até maio de 2020 e terá a defasagem da coleta de março a junho. Sugeriu que o próximo relatório conste os dados de até março de 2021. Questionou se será necessário contemplar os dados de 2015 ou somente os do PMQACH.</p> <p>Alice Matos disse que, se realmente atender à solicitação, está de acordo com formato sugerido. Lembrou que a solicitação de inclusão dos dados de 2015 é para acesso aos dados estaticamente para conhecimento da condição atual e anterior ao rompimento e a partir da entrega e depois da análise do GT será estudo se terá necessidade de continuar incluindo esses dados, não havendo necessidade será somente a entrega do plano a cada 06 meses. Considerou que a defasagem será compensada pois os dados a serem apresentado será até janeiro de 2021, mas que não vai firmar data da segunda entrega, o GT aguardará a entrega, em dezembro, do primeiro relatório e após análise dará resposta concreta.</p> <p>Brígida Maioli disse que a equipe se compromete, a partir do momento que a CT definir o escopo, apresenta e oficializa um prazo de quando será entregue o relatório. Alice Matos disse que, recebendo o relatório ainda em dezembro, o GT-Água apresentará a análise e a definição do prazo na reunião de fevereiro.</p> <p>(ii) Alice Matos disse que devido a pandemia as coletas foram paralisadas e a retomada foi feita somente nas estações de tratamento e alguns pontos coletivos e foi solicitado que o novo prazo de revisão, para dentro desses pontos, esperasse completar os dois anos de monitoramento. Sugeriu que a equipe do GT-Água e da Fundação Renova se reúnam para aprofundar a discussão.</p> <p>Item “c”: Alice Matos explicou que o objetivo do ofício foi iniciar a discussão sobre uma proposta de melhoria e não uma melhoria em si. Juliana Bedoya disse que há várias questões sobre o ofício enviado e que há questões que envolvem a CT-SHQA, disse estranhar a demanda por demanda de melhoria no sistema de abastecimento de água, disse achar que deveria ter vindo junto com a solicitação da CT-SHQA. Disse que em nenhum momento houve discussão sobre a temática de melhorias, mas considerando que o tema está judicializado o juiz tomou para si a responsabilidade de tomada de decisão e está sendo periciado e isso não é autonomia da FR para decidir ou não, mas sim a 12ª Vara, não pode ser decidido nada alheia a competência da 12ª Vara.</p> <p>A coordenação ponderou que a solicitação é para que apresente proposta e o ambiente da CT é para discussão técnica para ter opções do que pode ser realizado e não propriamente ser executado pela FR. Alice Matos disse que os pontos, especificamente das localidades solicitadas, já foram aprovados no CIF. Juliana Bedoya disse que é necessário a comprovação de correlação com o rompimento, requisito essencial para inclusão no plano de reparação, e o que se vê não há. Gian Guglielmelli disse que para pensar em alternativas é preciso ter o relatório de análises técnicas com indicação das medidas necessárias.</p>

<p>c) Proposta de melhorias nos pontos SAC e SAI dentro do PMQACH;</p>	<p>A representante da Fundação Renova disse que se a CT pensar em alternativas estão “atropelando” a perícia instaurada exatamente para isso. Disse que nem os pontos monitorados hoje existe comprovação de correlação com o rompimento, disse que nem os técnicos que atuam na área hoje conseguem fazer essa avaliação. Ponderou que o custo para apresentar uma proposta seria necessário a contratação de especialistas e que o custo sairia da reparação. Reforçou que é prudente aguardar o resultado da perícia para noticiar o juiz e este dará diretriz a ser seguida.</p> <p>Rafaeli Brune disse que as localidades para abastecimento de água potável por meio de água mineral e/ou caminhão “pipa” são específicas, sendo 24 contempladas no TTAC, ponderou que houve um início de diálogo nas oficinas de revisão que tiveram no início do ano, mas não avançaram. Questionou se os pontos de monitoramento estão contemplados na ação judicial. Juliana Bedoya respondeu que sim e estes se baseiam nos dados do PMQACH. Lembrou que as questões de abastecimento constam na cláusula 171 e o PMQACH é mais amplo, ponderou entender que isso é visto com repactuação.</p> <p>A representante do IEMA questionou se por estar judicializado não pode ser discutido nessa plenária, a representante da Fundação Renova respondeu que sua fala não foi nesse sentido, mas sim que entende necessário aguardar a conclusão da perícia para elucidar pontos que necessitam ser esclarecidos, reforçou que qualquer acordo sem aguardar o resultado da perícia e decisão judicial é “estar fazendo alguma coisa que não dará em nada”.</p>
<p>d) 2º e 3º relatórios semestrais (Relatório anual PMQACH);</p>	<p>Juliana Bedoya questionou se a demanda da CT sobre água potável é que a equipe apresente análise de uma proposta para melhoria das estações de tratamento de água para além da cláusula 171? Ponderou que isso é uma repactuação. Rafaeli Brune questionou se hoje o posicionamento da FR é que não vão apresentar uma proposta e que para tal seria necessário a repactuação. A representante da Fundação Renova questionou se essa solicitação da CT é de cunho reparatório ou compensatório? Disse que é necessário levar a discussão para o CIF. Reiterou que não identifica nexo de causalidade para atender a demanda proposta pela CT. Reforçou que fazer a proposta de melhoria tem custo associado de análise, projeto, engenharia.</p> <p>A coordenação ponderou que a representante da Fundação Renova trouxe aspectos importantes para serem considerados e que o monitoramento por si só não é a garantia da saúde da população, disse que é importante fazer a interlocução de como o monitoramento pode repercutir em saúde, em melhorias. A discussão se prolongou, a íntegra consta em memória de áudio e está disponível para eventuais consultas.</p> <p>Daniela Medina questionou quais as análises que a FR se embasou e que não indicaram nexo de causalidade com o rompimento na contaminação da água. Juliana Bedoya disse que a base utilizada são os resultados das análises e mais de 80% das violações do PMQACH são referentes a ausência de cloro e excesso de <i>escherichia coli</i>, outros agentes externos. Alice Matos disse que os dados usados são setembro de 2018 e não anteriores ao rompimento ocorrido em novembro de 2015, e que é possível que os resultados fossem diferentes.</p>
<p>e) Divulgação dos dados do PMQACH dentro do portal de monitoramento do rio doce;</p>	<p>Daniela Medina criticou a utilização somente de dados dos resultados das coletas, disse que o que define a questão de nexo causal é uma metodologia aplicada ao caso concreto. A representante da Fundação Renova disse que os dados são usados por todos os municípios e neles não são encontrados relação com o rompimento</p> <p>Item “e”: Alice Matos ponderou que uma vez o boletim seja publicizado e aprovado no CIF este consta como documento público. E a didática apresentada nos relatórios da FR são mais fáceis para qualquer leitor. Sugeriu que dentro do portal de monitoramento do rio doce tenha um link</p>

<p>f) Capacitação PMQACH.</p>	<p>que direcione para a página dos boletins elaborados pela CT. Brígida Maioli disse que é premissa a divulgação dos dados do PMQACH. Eva Gazoni ponderou que deve atentar ao cumprimento da deliberação que impede a FR de divulgação dos dados.</p> <p>Alice Matos disse que a solicitação é que a divulgação seja após as aprovações e publicidades dos dados, frisou que os dados individuais não serão publicados. A discussão se prolongou e em suma ficou acordado que a representante da FR vai consultar internamente se há possibilidade de atendimento a solicitação da CT e na reunião com o GT-Água a discussão será ampliada.</p> <p>Item “f”: Paula Cambraia ponderou que a empresa que fará as capacitações está em vias de ser contratada e que precisam aguardar a proposta da empresa vencedora para apresentar um cronograma para a CT. Disse que fizeram reunião com as 4 superintendências regionais de saúde para alinhamento das questões da capacitação. Falou que há uma proposta de início da Capacitação em Gestão da Informação em Saúde para o começo de dezembro, mas que a pedido das superintendências, devido ao processo eleitoral e possível mudança de governo, as capacitações serão iniciadas entre fevereiro e março de 2021.</p> <p>Alice Matos registrou que antes de iniciar as capacitações a CT precisa receber os materiais para conhecimento e análise do conteúdo para ver se atende ao que foi proposto.</p>
<p>Encaminhamento E37.4</p>	<p>No dia 15/01, das 9h às 12h, acontecerá reunião extraordinária do GT-Água com a participação da Fundação Renova.</p> <p>Pauta: 1) discussão do Ofício Renova 2020.1838-03; 2) divulgação dos resultados no site da Fundação Renova; 3) capacitação do PMQACH; 4) percentual de incerteza dos laudos do laboratório.</p>
<p>Encaminhamento E37.5</p>	<p>A Fundação Renova deverá trazer na 38ª RO a apresentação do cronograma e todas as informações necessárias das capacitações solicitadas pela CT-SAÚDE, em especial com relação ao PMQACH. Registro que essa ação depende da finalização da contratação da empresa. Registro ainda, que a apresentação deverá ser enviada com antecedência mínima de 03 dias da realização da 38ª RO da CT-Saúde.</p>
<p>Inclusão de Pauta</p>	<p>Rafaeli Brune disse que, sobre o cálculo de incerteza utilizado pelo laboratório Tomazzi está muito alto. A representante da Fundação Renova informou que cada laboratório tem um parâmetro, mas que o percentual de incerteza é com base nos dados coletados.</p> <p>A discussão se prolongou e em suma ficou acordado que o GT-Água irá discutir o tema na próxima reunião e posteriormente firmará posicionamento.</p> <p>A representante da ATI ASPERQD questionou sobre o plano de monitoramento no território de Degredo. Alice Matos informou que devido a pandemia todos os pontos de alternativas individuais e algumas coletivas estão paralisadas desde o dia 18/03/20. Disse que os pontos que retomaram, em comum acordo da CT e FR, são aqueles que os técnicos podem fazer as coletas sem contato direto com os moradores, os demais pontos continuam com o monitoramento suspenso.</p>

Registro que a reunião se encerrou às dezessete horas e trinta minutos do dia quatorze de dezembro de dois mil e vinte.

No dia quinze do mês de dezembro de dois mil e vinte, às quatorze horas e dez minutos, pela plataforma virtual Teams, foi retomada a segunda **parte restrita** da **37ª Reunião Ordinária da**

Câmara Técnica de Saúde – CTSAÚDE/CIF, instituída no âmbito do TTAC e do TAC-Gov, referentes ao desastre da Samarco em Mariana/MG.

O coordenador da CT-Saúde, sr. Gian Gabriel Guglielmelli, cumprimentou a todos e reiniciou os trabalhos, como detalhado a seguir:

Pauta Geral - Restrita	
Pauta	Discussão
<p>5. Situação Atual de Cumprimento das Deliberações e Notificações do CIF;</p>	<p>Augusto Zago sobre os cursos de capacitação, foi informado pela sra. Ronize e Paula que serão disponibilizados somente duas vagas por regional. Fez crítica quanto a disponibilidade de poucas vaga, restringindo a participação dos profissionais da saúde. Sergio Rossi registrou preocupação com o cenário apresentado pelo sr. Augusto Zago, reforçou a necessidade de prévio conhecimento dos documentos da capacitação. Felipe Nisiyama lembrou que a representante da FR disse na reunião de ontem que a apresentação da proposta de trabalho será somente posterior à contratação da empresa prestadora de serviço. A coordenação fez leitura do ofício 47/2020.</p>
<p>6. Informes sobre a 49ª RO do CIF;</p> <p>7. Informes do GT-Planejamento:</p> <p>a) Assiduidade nos membros para o ano de 2021;</p>	<p>Cristiany Pietro informou que no dia 23/11 aconteceu uma reunião com a FR para definição do escopo do programa, destacou que a pauta foi discutida na 48ª RO do CIF que não aprovou a proposta e direcionou que a CT e a FR reunissem para dialogar sobre a temática. Destacou a frustração no dia da reunião pois foi solicitada ao GT que apresentasse a proposta de escopo de programa e indicadores, disse que na oportunidade ponderou que essas informações constavam nas NTs elaboradas pelo GT, mas a discussão não avançou. O coordenador disse que o CIF apontou a deliberação 465 que após reunião com a FR a CT deveria apresentar parecer com proposta de adequação para a FR diretamente no CIF. O GAT sugeriu que fosse indicado dois membros para se reunirem para leitura do parecer do IAJ sobre a revisão dos programas. Houve discussão que em suma versou sobre o desgaste e retrabalho que há em todas as discussões, os diálogos não avançam há reiterados descumprimentos de deliberação. Registro que houve posicionamento de comunicação direta ao CIF pois as questões já foram exauridas nas reuniões ordinárias da CT e no GT-Planejamento e não há avanço. A coordenação ponderou que o CT deve apresentar o fechamento da análise do escopo de revisão para conhecimento e deliberação no CIF. Sergio Rossi ponderou que a NT42 reprovou a versão de revisão apresentada em abril/2020, mas a Fundação Renova reforça que esta versão não será alterada.</p> <p>Registro que a representante da SETADES informou que tem havido um esvaziamento da participação dos membros que compõem o GT-Planejamento nas reuniões do GT. O secretariado ponderou que a partir de janeiro será realizado acompanhamento da participação dos membros nas reuniões da CT-Saúde e nos GTs, seguindo a orientação do Regimento único das CTs, os membros que tiverem duas faltas consecutivas serão reportados ao órgão e a na terceira falta será solicitado ao órgão a substituição da representação.</p>
<p>Encaminhamento E37.6</p>	<p>Cristiany, Sergio e a coordenação deverão se reunir com o GAT para discutir o parecer do IAJ sobre a revisão dos programas, tendo em vista as discussões da CT sobre o escopo da definição do programa.</p>

Encaminhamento E37.7	A CT deverá apresentar sua versão, com base na versão de dezembro de 2019, como a proposta de revisão validada pela CT-Saúde.
Informes do GT-Estudos.	<p>Roberto Laperriere registrou que a discussão do Biobanco não será trazida pois não foi possível finalizar a elaboração da NT, registrou ainda que este tema será apreciado na próxima reunião ordinária da CT-Saúde. Disse que foi criado um link on-line onde técnicos e estudiosos especialistas tiveram a oportunidade de contribuir com a NT ARSH. Registrou que a NT está em vias de ser finalizada e no dia 18/12 acontecerá reunião extraordinária do GT para apresentação final. <u>Sergio Rossi registrou o encaminhamento da reunião do GT-Estudos que a NT da ARSH será apreciada na presente reunião e que será encaminhado que a CT delegará ao GT a premissa de ratificar a NT após fechamento.</u> Na sequência apresentou a NT, ao final da apresentação os membros apresentaram considerações. Roberta Nogueira registrou preocupação com a possibilidade de integração acontecer sem a ter havido diálogo prévio com a CT.</p> <p>Roberto Laperriere sobre a NT de Risco adicional solicitou aos demais GTs realização de uma agenda interGTs para discussão conjunta da temática. Os membros dos demais GTs solicitaram compartilhamento da Minuta de NT para conhecimento prévio.</p>

Ao fim dos pontos de pauta e discussões o coordenador da CT-Saúde, Gian Gabriel Guglielmelli, agradeceu a presença de todos e, às dezessete horas e cinquenta minutos do dia quinze do mês de dezembro de dois mil e vinte, deu a reunião por encerrada.

Registro que a presente ATA foi aprovada na 39ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde, no dia dez de março de dois mil e vinte e um.



Clycia de Almeida Ferreira

Secretária Executiva da Câmara Técnica de Saúde

Gian Gabriel Guglielmelli

Coordenador da Câmara Técnica de Saúde